

Gênero e Educação Infantil: uma revisão sistemática das produções brasileiras

Gender and Early Childhood Education: a systematic review of Brazilian productions

Género y Educación Infantil: una revisión sistemática de las producciones brasileñas

Dalila Castelliano de Vasconcelos 

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, BR.
dalila_bal@hotmail.com

Aline Maria da Silva Gabriel 

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, BR.
alinegabriel2000.silva@gmail.com

Silviane Costa Cardoso 

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, BR.
silvianecardoso1219@gmail.com

Recebido em 03 de março de 2022

Aprovado em 09 de setembro de 2022

Publicado em 22 de janeiro de 2024

RESUMO

Esta pesquisa corresponde a uma revisão sistemática de artigos científicos cujo objetivo é de analisar as publicações brasileiras que abordam a relação entre as questões de gênero e a Educação Infantil. A partir dos descritores 'gênero' e 'Educação Infantil', fez-se uma busca nas bases de dados Periódico Capes, Scielo, PubMed e PsycINFO. Essa revisão seguiu as recomendações metodológicas do *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) e delimitou 2020 como o ano final de busca. Inicialmente, foram identificadas 454 publicações, das quais 59 foram selecionadas para compor o corpus final da pesquisa. A análise possibilitou constatar que o tema é abordado, principalmente, pelas áreas de Educação e Psicologia e que houve um crescimento contínuo do número de publicações, por ano, a partir de 2011. Os temas mais abordados pelas publicações foram relacionados à forma como as questões de gênero perpassam concepções e

práticas docentes e como estão presentes em artefatos culturais, brinquedos e brincadeiras. Os resultados são discutidos em termos de como as questões de gênero perpassam tanto as relações sociais entre criança-criança e criança-adulto quanto institucionais.

Palavras-chave: Gênero; Educação Infantil; Primeira infância.

ABSTRACT

This research corresponds to a systematic review of scientific articles whose main goal is to analyze the Brazilian publications focused on the relationship between gender issues and Early Childhood Education. From the descriptors 'gender' and 'childhood education', a search was made in the databases, namely Periodical Capes, Scielo, PubMed and PsycINFO. This review followed the methodological recommendations of the Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses (PRISMA), and delimited 2020 as being the search's final year. Initially, as many as 454 publications were identified, of which 59 were selected as the research's final corpus. The analysis made it possible to assume that the theme is investigated, mainly, by the areas of Education and Psychology, and that there has been a continuous growth in the number of publications yearly, as of 2011. The themes most approached by the publications were in relation to the way that gender issues permeate teaching conceptions and practices, and how they are present in cultural artifacts, toys, and games. Outcomes are discussed in terms of how gender issues interfere in both child-child and child-adult social relationships as institutional.

Keywords: Gender; Child education; Early childhood.

RESUMEN

Esta investigación corresponde a una revisión sistemática de artículos científicos cuyo objetivo es analizar las publicaciones brasileñas que abordan la relación entre las cuestiones de género y la Educación Infantil. A partir de los descriptores 'género' y 'Educación Infantil', se hizo una búsqueda en las bases de datos Periódico Capes, Scielo, PubMed y PsycINFO. Esta revisión siguió las recomendaciones metodológicas del Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses (PRISMA) y delimitó 2020 como el año final de búsqueda. Inicialmente, fueron identificadas 454 publicaciones, de las cuales 59 fueron seleccionadas para componer el corpus final de la investigación. El análisis permitió constatar que el tema es abordado, principalmente, por las áreas de Educación y Psicología y que hubo un crecimiento continuo del número de publicaciones, por año, a partir de 2011. Los temas más abordados por las publicaciones fueron relacionados a la forma cómo las cuestiones de género permean concepciones y prácticas docentes y cómo están presentes en artefactos culturales, juguetes y juegos. Los resultados son discutidos en términos de

cómo las cuestiones de género permean tanto las relaciones sociales entre niño-niño y niño-adulto como las institucionales.

Palabras-clave: Género; Educación Infantil; Primera infancia.

Introdução

O desenvolvimento dos estudos feministas trouxe discussões acerca das questões de gênero. Inicialmente, o próprio campo de estudos compreendia que o gênero era constituído de noções de feminilidade e masculinidade baseadas no corpo biológico (LOURO, 1997). Posteriormente, com o avanço dos estudos feministas, a compreensão se ampliou, e o gênero passou a ser entendido como uma construção cultural de ideias sobre os papéis sexuais atribuídos aos homens e às mulheres (SCOTT, 1989).

Assim, discutir sobre as noções de gênero vai além das materialidades dos corpos e seus aspectos biológicos, pois significa falar sobre construções sociais e históricas, expressões da sexualidade, diferenças e pluralidades. Como argumenta Louro (2008), a construção de gênero não é algo dado, mas formulada a partir de práticas sociais e culturais por meio de entidades como a família, a igreja, a escola etc.

Com base nesses aspectos, entende-se que diferentes instituições sociais atuam como agentes de construção da identidade dos sujeitos desde os primeiros anos. Durante a primeira infância, a Educação Infantil é um dos principais contextos de desenvolvimento e de construção da identidade, pois, de acordo com Braga *et al.* (2018), nesse período, a criança interage com uma pluralidade cultural desconhecida e, por meio do processo de socialização e adaptação, amplia seu contato social.

A primeira infância é o período que ocorre entre o nascimento e o sexto ano de vida, uma fase marcada pela importância de diferentes possibilidades para a formação humana (BRASIL, 2016). Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 - visa garantir o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (BRASIL, 1996).

No contexto da Educação, as identidades de gênero e sexuais perpassam tanto as relações entre professores e alunos quanto a própria instituição, tendo em vista que são compostas, definidas e moldadas pelas relações sociais entre os sujeitos (LOURO, 2000). Além disso, ao se pensar na relação entre gênero e Educação Infantil, deve-se levar em conta que a escola exerce um papel importante na produção e na reprodução de diferenças (LOURO, 1997), o que, por vezes, fortalece a ideia de que há um modelo de feminino e masculino a ser seguido. Assim, como destaca Pardhan (2011), as relações de gênero, nesse espaço, são um processo complexo, que está em evolução e se inter-relaciona com efeitos de classe, etnia, raça e religião.

García-Prieto e Arriazu-Muñoz (2020), em uma pesquisa realizada com oito crianças da Espanha, de três a sete anos, constataram que as atribuições de estereótipos de meninos e meninas estão presentes no cotidiano de suas aulas. Os resultados indicaram que, desde muito cedo, as crianças reproduzem padrões culturais relativos às questões de gênero nas situações interativas.

Além de analisar as questões de gênero e Educação Infantil a partir desse cotidiano, outra forma de abordar o assunto é analisar as vivências e as trajetórias dos profissionais que atuam na Educação Infantil, porquanto se trata de uma profissão marcada pela predominância de mulheres. Segundo Prá e Cegatti (2016), o magistério na educação básica, partindo de uma perspectiva histórica, está estritamente ligado ao cuidado, posto que é visto como um espaço para a mulher desempenhar seu papel de cuidadora. Ademais, é notório o entendimento de que a Educação Infantil é responsabilidade das mulheres (CAPDEVILA *et al.*, 2014). Portanto, associar a Educação Infantil apenas ao cuidado e ao afeto é desvalorizar a formação profissional do educador que atua nesse contexto.

Santos e Santos (2016) afirmam que é preciso discutir sobre gênero na Educação Infantil devido às lacunas na formação inicial e na continuada dos docentes, tendo em vista que esses profissionais nem sempre abordam o tema em sala de aula por medo de sanções das famílias e da sociedade, já que o tratamento desse assunto se configura como uma ameaça e uma perda de poder para as alas conservadoras. Nesse sentido, Damacena *et al.* (2017) discutem que a formação docente deve visar a uma educação para o respeito e a diversidade no ambiente escolar.

Por isso, convém conhecer como as questões de gênero, no contexto da Educação Infantil, estão sendo abordadas e pesquisadas ao longo dos anos. Assim, o objetivo deste trabalho foi de realizar uma revisão sistemática de artigos científicos brasileiros que abordam a relação entre as questões de gênero e a Educação Infantil.

Procedimentos metodológicos

Registro e protocolo

Esta revisão sistemática foi realizada a partir dos indexadores eletrônicos Periódicos CAPES, Scielo, PubMed e PsycINFO. O Periódico CAPES foi acessado por meio da identificação da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), provida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, que permite acesso a uma quantidade maior de artigos, de acesso público e privado. Como descritores, foram utilizadas as palavras-chave ‘gênero’ e ‘educação infantil’.

A busca bibliográfica ocorreu entre julho de 2020 e março de 2021. Esta pesquisa seguiu as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (MOHER *et al.*, 2009) e está registrada no banco de dados internacional de protocolos de revisão sistemática *International Prospective Register of Systematic Reviews* (PROSPERO) sob o número CRD42020201278.

Critérios de elegibilidade

Os critérios elegibilidade para selecionar os artigos foram: artigos científicos revisados por pares, redigidos em qualquer idioma, cujo contexto da pesquisa fosse brasileiro e publicados até o final do ano de 2020. Não foi estabelecida uma delimitação temporal do início das produções, a fim de incluir todo o período de publicação.

Já os critérios de exclusão foram: artigos que não contemplavam o tema nem a realidade brasileira; artigos repetidos nas bases de dados pesquisadas e estudos

de revisão sistemática ou que não fossem artigos (resenhas, capítulos de livro, entre outros formatos).

Seleção de estudos

Primeiramente, duas pesquisadoras avaliaram, de forma independente, os títulos e os resumos dos artigos para selecionar os estudos potencialmente elegíveis. Desses, buscaram-se os textos completos para a avaliação, nos quais foram incluídos os estudos que atenderam aos critérios de elegibilidade previamente estabelecidos. Uma terceira avaliadora esteve presente durante todo o processo e, nos casos de discordância, ela mediava a discussão e, por consenso, as três pesquisadoras decidiam sobre a elegibilidade do artigo.

Processo de coleta dos dados

De cada artigo, foram coletadas as seguintes informações: autor, ano, área do estudo, revista de publicação e tipo de estudo (empírico ou teórico). Nos artigos empíricos, também foram analisados os participantes, a rede escolar (pública, privada ou ambas), os instrumentos de coleta dos dados, o enfoque da pesquisa (qualitativa ou quantitativa) e seus objetivos e os resultados.

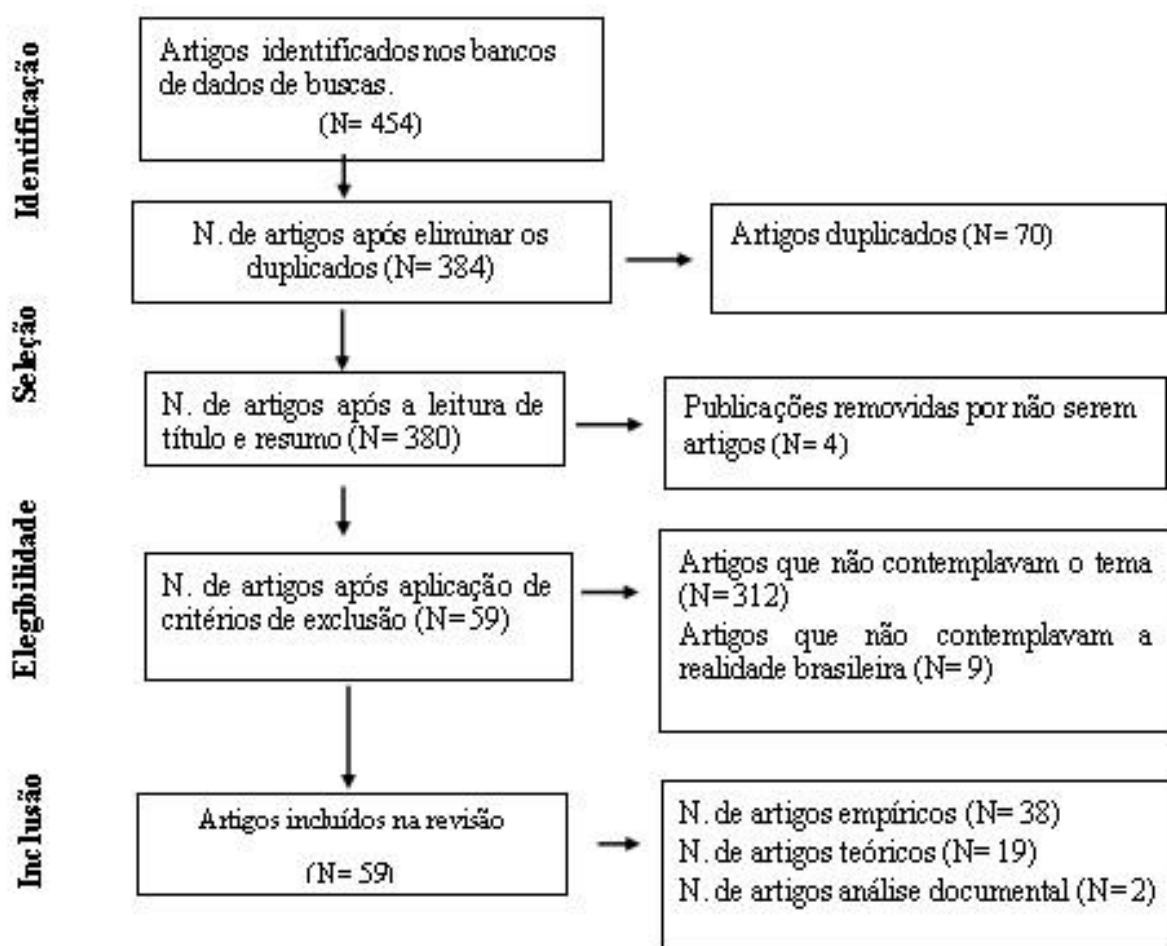
Risco de viés

A análise do risco de viés dos artigos incluídos no corpus final da pesquisa foi realizada por meio de duas ferramentas, pois, para os estudos qualitativos, foi utilizada a ferramenta *Quality appraisal checklist – qualitative studies*, do *National Institute for Health and Care Excellence* (NICE, 2012), e para os estudos quantitativos, a *Quality Assessment Tool for Quantitative Studies*, que foi desenvolvida pelo *Effective Public Health Practice Project* – EPHPP (1998).

Resultados e discussão

Foram identificados 454 artigos nas bases de dados, das quais 400 foram encontradas no Periódico CAPES, e 54, no Scielo. Nas bases de dados PubMed e PsycINFO, não foram encontrados artigos que contemplassem o tema. Depois da triagem, 395 textos foram excluídos – quatro, por não serem artigos, e 70, por serem duplicados. Depois, 312 foram excluídos por não abordarem o tema, e nove, por não tratarem da realidade brasileira. Assim, o *corpus final da pesquisa* foi composto de 59 artigos.

Figura 1 - Fluxograma referente ao processo e às etapas de seleção das referências que foram incluídas na revisão sistemática.



Fonte: Elaborado pelos autores

A relação final dos trabalhos analisados é detalhada na tabela abaixo:

Tabela 1 – Relação de trabalhos analisados

Nº	Títulos abreviados	Autor e ano
1	Masculinidades e docência na Educação Infantil	Jaeger, Jacques e Karine (2017)
2	Educação Física na Educação Infantil	Mariano e Altmann (2016)
3	Homens na Educação Infantil	Monteiro e Altmann (2014)
4	Meninas e meninos na Educação Infantil	Viana e Finco (2009)
5	Pipocas pedagógicas na Educação Infantil	Terra e Prado (2016)
6	Corpo, gênero e beleza	Moreira, Jorosky e Quadros (2014)
7	Estrutura e agência nas interseções de gênero e infância	Santos (2018)
8	Educação infantil: manifestação social do preconceito	Piccolo (2011)
9	A feminização da docência na Educação Infantil	Moura (2016)
10	Meninos na Educação Infantil	Silva e Luz (2010)
11	Refletindo sobre questões de gênero e diversidade	Musial, Melo e Signorelli (2015)
12	Estás sempre chorando, tu és de açúcar?	Silva e Bertuol (2015)
13	Igualdad de género en las instituciones educativas de la primera infancia brasileña	Finco (2015)
14	Documentação oficial e o mito da educadora nata na Educação Infantil	Arce (2001)
15	Expansão da Educação Infantil e processos de exclusão	Rosemberg. (1999)
16	Políticas de Educação Infantil e relações de gênero	Anjos, Oliveira e Gobbi (2019)
17	Meninos que brincam com bonecas viram meninas?	Junges e Schwertner (2017)
18	Educação em e para os direitos humanos	Silva (2017)
19	Gênero e diversidades na infância	Roveri (2018)
20	Ouvindo meninos	Ruis e Perez (2017)
21	A educação sexual na primeira infância	Pires (2013)
22	Relações sociais de gênero na perspectiva de crianças	Buss-Simão (2013)
23	Gênero, tamanho e desempenho	Buss-Simão (2013)
24	Género y Sexualidad: ¿Qué Dicen las Profesoras de Educación Infantil de Canoas, Brasil?	Silva, Sarmento e Fossatti (2012)
25	O treinamento do olhar etnográfico: relações de gênero entre crianças	Bogossian (2017)
26	Relações de gênero e representações sociais relativas à atuação de homens professores com crianças	Gonçalves, <i>et al.</i> (2015)
27	Diversidade cultural e relações de gênero em uma escola indígena sul-mato-grossense	Gonçalves e Oliveira (2018)
28	Gênero, infância e periferia	Martins (2016)
29	Pequena infância, educação e gênero	Faria (2006)
30	Gênero na Educação Básica	Vianna e Unbehaum (2006)
31	A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar de crianças em creches	Gomes (2009)
32	Da menina meiga à heroína superpoderosa	Salgado (2012)

33	Problemas de comportamento e funcionamento adaptativo no teacher's report form (TRF)	Bolsoni-Silva, et al. (2016)
34	Raça e gênero na Educação Básica:	Guizzo, Zubaran e Beck (2017)
35	A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar de crianças em pré-escolas	Gomes (2006)
36	Reflexões sobre o comportamento infantil em um pátio escolar	Fernandes e Elali (2008)
37	Relações entre família e escola e suas implicações de gênero	Carvalho (2000)
38	Questões de gênero na educação da pequena infância brasileira	Finco (2015)
39	Crianças, gênero e sexualidade	Ribeiro (2011)
40	De menina e de menino	Bandeira e Costa (2019)
41	Relação entre gênero e desempenho neuropsicomotor de crianças	Silva, et al. (2018)
42	Gênero, corpo e embelezamento	Guizzo (2012)
43	O engajamento paterno como fator de regulação da agressividade em pré-escolares	Gomes, Bigras e Crepaldi (2013)
44	Gênero, epistemologia e performatividade	Alos (2011)
45	Relationship between mean length of utterance and vocabulary in children with typical language development	Nóro e Mota (2019)
46	Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona	Prado e Anselmo (2019)
47	Entre a fralda e a lousa	Oliveira e Viviani (2019)
48	Construções de sentido sobre a diversidade sexual	Ciribelli e Rasera (2019)
49	Professoras e crianças pequenas no contexto da Educação Infantil	Venzke e Felipe (2015)
50	Gênero como possibilidade ou limite da ação social	Buss-Simão (2013)
51	Cultura visual e homossexualidades na constituição de "novas" infâncias e "novos" docentes	Ferrari (2012)
52	O desenvolvimento da consciência fonoarticulatória e a relação entre a percepção e a produção do gesto fonoarticulatório	Vidor-Souza, Mota e Santos (2011)
53	Mulheres e professoras	Zibetti e Pereira (2010)
54	Relações de gênero na Educação Infantil	Santos e Silva (2020)
55	Infâncias, gênero e sexualidades	Cólis e Souza (2020)
56	"Não é nenê, ela é preta"	Santiago (2020)
57	Gênero e educação infantil: entre princesas e príncipes	Alves, Pastana e Marques (2020)
58	Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil	Silva, Silva e Finco (2020)
59	Interfaces de gênero, infância e educação infantil na pós-graduação em educação brasileira (1996 a 2015)	Santos (2020)

Fonte: Elaborada pelos autores

Autores dos estudos

O número de autores por estudo variou de um a cinco. Foram identificados 93 autores diferentes, dos quais 11 estavam presentes em dois ou mais estudos. Para analisar os autores, cada um deles foi considerado individualmente. Assim, Finco, D. é a autora nacional que tem mais publicações nesse campo (4), ao longo desses anos: uma, em 2009; duas, em 2015; e uma, em 2020.

Outros autores que também apresentam de dois a três artigos publicados na área, em coautoria com outros autores, foram: Buss-Simão, M.; Santos, S. V. S. dos, com três publicações cada, e Altmann, H.; Viana, C.; Silva, D. R. Q. da; Gonçalves, J. P.; Gomes, V. L. de O.; Guizzo, B. S.; Mota, H. B. e Silva, I. de O. E, com duas publicações cada. Os demais autores apresentaram apenas uma publicação. Esses resultados apontam para o fato de que, apesar de o campo de investigação ser relativamente recente, já é possível identificar autores que se dedicam ao tema de forma mais sistemática nos últimos anos.

Ano de publicação

O primeiro estudo que aborda o tema gênero na Educação Infantil identificado nas plataformas pesquisadas foi publicado no ano de 1999. De 1999 até 2010, apenas o ano de 2006 apresentou três artigos sobre o tema; nos demais, foram identificados de zero a dois estudos.

Nos três anos que seguem (2011-2012-2013), aumentou significativamente o número de trabalhos realizados - 2011 e 2012, com quatro cada, e 2013, cinco. Já em 2014, houve uma nova queda - apenas duas produções. A partir de 2015, verificou-se certa constância na realização de estudos acerca do tema. Em 2015, foram seis produções; em 2016, cinco; em 2017, seis; em 2018, quatro; e em 2019 e 2020, seis trabalhos em cada ano.

Entre a primeira publicação e o ano de 2020, iniciou-se uma distribuição temporal ascendente na divulgação dos artigos. E foi a partir do ano de 2011 que se

passou a publicar, em média, cinco artigos sobre o tema, por ano, o que demonstra que o interesse científico pelo assunto foi nos últimos 10 anos.

Esse aumento se deveu ao crescimento das discussões promovidas pelos movimentos feministas que são, segundo Meira (2014), oportunidades de analisar a realidade. Inicialmente, os estudos feministas pouco abordaram o contexto da Educação Infantil de forma direta, e quando o consideravam, era a partir de uma de suas principais reivindicações: um espaço para que as mães deixassem seus filhos e pudessem se inserir no mercado de trabalho. Nesse momento inicial, as instituições assumiam um papel assistencialista, e dentro dessas instituições, a mulher era vista como educadora nata (VASCONCELOS, *et al* 2015).

Entretanto, os estudos sobre gênero acompanham as mudanças sociais e passaram a discutir sobre outros contextos e relações (SILVA, 2000). Recentemente, o contexto da Educação Infantil, ao mesmo tempo em que se distancia do papel assistencialista e se aproxima do entendimento de ser um espaço educativo, é considerado como um espaço que produz e reproduz feminilidades e masculinidades (BRABO; ORIANI, 2013). Assim, infere-se que o aumento da produção de pesquisas que articulem gênero e Educação Infantil tenha ocorrido devido à multiplicidade de análises possíveis dentro da própria instituição e o que ela representa para a sociedade atual.

Área de estudo

A divulgação dos estudos ocorreu em periódicos de diferentes áreas do conhecimento, que totalizaram oito campos: Educação (66%); Psicologia (15%); Interdisciplinar (5%); Educação Física (3%); Enfermagem (3%); Fonoaudiologia (3%); Antropologia Social (2%) e Terapia Ocupacional (2%). A concentração nas áreas de Educação e de Psicologia sugere que o interesse pelo tema é maior entre esses campos, o que se revela de extrema importância, uma vez que se trata de uma problemática recorrente no âmbito escolar e que tem implicações para o desenvolvimento emocional e social das crianças. Pesquisar e conhecer sobre esse contexto, como apontam Leal *et al* (2017), pode favorecer com que esses assuntos

sejam trabalhados em sala de aula de forma mais assertiva e se possa prevenir a ocorrência de possíveis discriminações e exclusões.

Outrossim, ter a área da saúde incluída nessas investigações é de notória importância, visto que as relações de gênero são uma questão de saúde dos estudantes e da população em geral, pois podem impor limites e condenações às pessoas que apresentam identidades não normativas (GOMES; MURTA; FACCHIN E MENEGHEL, 2018).

Nesse sentido, resultados de pesquisas empíricas com crianças que não seguem as regras da heteronormatividade favorecem o entendimento de como o manejo dessas situações pode afetar a saúde das crianças em longo prazo. Cardoso e Nascimento (2017), por meio de uma pesquisa que visou observar as educadoras no ambiente da creche, identificaram que, constantemente, elas orientavam as crianças para escolherem brinquedos que, segundo elas, seriam compatíveis e adequados com o sexo delas, devido à necessidade de preservar as masculinidades adultas. Quando um menino se interessava por uma boneca, as professoras ficavam em alerta e logo o repreendiam, e os demais colegas argumentavam que boneca era brinquedo de menina. Com base nessas observações, vê-se que as relações que se constituem no ambiente escolar são marcadas pelo desrespeito à autonomia das crianças e que isso afeta as relações delas com seus pares e professores.

Revistas de publicação

No que diz respeito às revistas de publicação, os 59 artigos incluídos na pesquisa foram distribuídos em 41 periódicos, dos quais se destacam os Cadernos de Pesquisa e os Cadernos Pagu, que mais reuniram estudos sobre o tema, com cinco publicações cada. Em seguida, estão as revistas de Estudos Feministas e Educar em Revista, com três publicações cada. As revistas que se interessaram pelo tema apresentam uma boa qualificação, e como são de diferentes áreas, indicam que as questões de gênero vêm abrangendo diversos campos de interesse.

Tipo de estudo

Ao analisar as publicações, constatou-se que, de 59 artigos, 38 (2/3 aproximadamente) são pesquisas empíricas. Um total de 19 artigos foram teóricos e buscaram abordar o tema de maneira mais analítica, e dois tratam de análises documentais que abordam documentos acerca do tema. Suas fontes e dados foram coletados de documentos oficiais e nacionais.

Dos 38 estudos empíricos, 21 são da área da Educação, que por vezes dedica-se a análise da interação dos sujeitos. Martins (2019) afirma que esse contato fornece subsídios contundentes sobre a prática docente. Contudo, como é expresso na quantidade total dos artigos na área da Educação, os estudos teóricos também estiveram em grande número (n=18), o que mostra a dialeticidade da área, que, ao mesmo tempo em que procura manter a materialidade histórica, tece reflexões humanizadas a partir da interação com o outro, como nos mostram Ferreira, Cezar e Machado (2020).

A Psicologia, segunda área a fazer mais pesquisa sobre o tema, apresenta seis artigos empíricos e três teóricos, o que reflete o interesse da área em estudar o comportamento do sujeito em seu contexto (MASCARENHAS, 2018).

Características metodológicas dos estudos empíricos

Participantes

Em relação aos participantes das pesquisas empíricas, os estudos envolveram professores e alunos de forma conjunta (11 estudos), apenas alunos (10), apenas professores (11) e outros participantes (seis).

Considerando o total de estudos, o número de participantes variou de um a 318. Dentre os participantes crianças, a quantidade de meninas e meninos foi aproximadamente equivalente. Já entre os educadores, ainda se observa a prevalência de mulheres. São poucos os professores do sexo masculino participantes das pesquisas, o que pode estar relacionado a um longo processo histórico no país e

permanece nos dias atuais. Tal fato, ainda que não seja de escala universal, não é um fator histórico exclusivo do Brasil, pois atinge outros países (VIANNA, 2001).

No que concerne aos demais participantes, que compuseram a categoria 'outros', a prevalência foi de homens (59) e uma minoria, de mulheres (24). Entre esses sujeitos, havia: 16 mães, 55 pais, uma avó, um estagiário do Curso de Pedagogia, um pesquisador, uma coordenadora, quatro gestores, três gestoras e um gestor, um secretário da Educação e três mulheres profissionais atuantes na elaboração crítica de políticas públicas. Chama a atenção a maior participação de pais homens como sujeitos de pesquisa nesse contexto.

É importante ressaltar que considerar a própria criança, que, historicamente, não foi ouvida e escutada pelas pesquisas, é essencial para se entender melhor as relações ocorridas no espaço da Educação Infantil, e muitas pesquisas incluídas neste estudo as envolveram. Tal fato vai ao encontro do que argumentam Cruz e Schramm (2019), que afirmam que, ao se pensar na qualidade da educação da criança, ela precisa ser ouvida, seja no cotidiano docente, seja em pesquisas. Ademais, ouvir os docentes nas pesquisas é de grande valia, visto que eles são importantes mediadores do conhecimento (VYGOTSKY, 1991).

O fato de algumas pesquisas envolverem dois atores simultaneamente - professores e alunos - como sujeitos de pesquisa é um fator que aponta para um melhor conhecimento dos contextos pesquisados. Desse modo, a avaliação multi-informante, em que se tem mais de um informante para interpretar uma mesma realidade, segundo Tárraga-Mínguez e Sanz-Cervera (2020), possibilita coletar dados de diferentes realidades ou de sujeitos que vivem em um mesmo contexto. Outrossim, Sarmiento-Henrique *et al.* (2017) asseveram que é necessário utilizar, principalmente quando se trata da população infantil, o método de avaliação autoinformante e multi-informante, que consiste em coletar informações das próprias crianças e de pessoas do seu contexto, como pais e professores. Os autores salientam a importância do professor como informante, visto que é conhecedor do desenvolvimento infantil e detecta, com mais facilidade, diferenças no comportamento das crianças. Portanto, as pesquisas aqui incluídas vão ao encontro dessas perspectivas.

Rede escolar

Quanto ao contexto escolar onde foram realizadas as pesquisas, a escola pública, com 32 estudos, foi o mais pesquisado. O setor privado não foi analisado nenhuma vez de maneira isolada. Esses dados são consonantes com o fato de a maioria da população brasileira estudar em escolas públicas, pois, conforme dados do INEP (2021), de 47.292.294 alunos matriculados na educação básica, 81% são da rede pública, e apenas 19%, da rede privada.

Ademais, três pesquisas foram realizadas em escolas públicas e privadas conjuntamente, e três estudos não especificaram o tipo de escola. O primeiro caso é positivo, já que pode, a partir da análise de diferentes contextos sociais, favorecer reflexões acerca das dificuldades, das desigualdades e das possibilidades, pois, como afirmam Guzzo e Euzebios Filho (2005), o Brasil vivencia uma desigualdade educacional estritamente relacionada a um processo histórico, que divide a sociedade em grupos econômicos e estabelece suas relações de classe. Já o segundo caso se revela como uma limitação dos estudos, pois identificar o contexto no qual as pesquisas foram realizadas é de suma importância para entender os dados de forma mais contextualizada.

Instrumentos de coleta dos dados dos estudos

Para analisar os instrumentos utilizados nas pesquisas, eles foram organizados em 13 categorias: entrevista; observações e entrevistas; observações com uma observação-participante; observação e relato de experiência; questionário; questionário e grupo focal; roda de conversa; oficina; análise documental e entrevista; questionário de engajamento paterno (QEP) e formulário de relatório do professor (TRF); estudo cartográfico; inventário e teste de triagem.

Verificou-se uma grande diversidade de instrumentos. Os mais utilizados foram: a observação - utilizada em sete estudos- a entrevista e observação com entrevista, com seis estudos para cada instrumento. Esses instrumentos são meios úteis para se verificar como os participantes das pesquisas se portam ou o que

pensam acerca de certo tema, já que estão face a face. De acordo com Ludke e André (1986), a vantagem de utilizar a observação nas pesquisas qualitativas é que ela se aproxima mais das perspectivas dos sujeitos. Segundo Nogueira-Martins e Bógus (2004), a vantagem de utilizar entrevistas é a possibilidade de captar, imediata e coerentemente, a informação desejada. Portanto, existem muitos métodos empregados que podem oferecer perspectivas variadas sobre os contextos analisados.

Enfoque das pesquisas

No que diz respeito às características metodológicas dos artigos empíricos (n= 38), especificamente no que concerne à análise dos dados, apenas quatro estudos apresentaram enfoque quantitativo. De acordo com Mascarenhas (2018), as pesquisas quantitativas são aquelas que, por meio da quantificação baseada em técnicas estatísticas, buscam evitar que os resultados tenham alguma interferência do pesquisador. Os demais estudos (n= 34) foram qualitativos, nos quais os pesquisadores tendem a relatar, com mais riqueza de detalhes, seu objeto de estudo (MASCARENHAS, 2018), isto é, buscam obter informações sobre as motivações, as ideias e as atitudes das pessoas.

Observou-se, então, nesta revisão, que os estudos qualitativos (89%) predominaram em relação aos quantitativos (11%). Isso se justifica pelo fato de a maioria dos estudos, em especial, os empíricos, ter sido das áreas de Educação e de Psicologia, as quais visam, majoritariamente, analisar suas pesquisas com mais intimidade, expressando, de forma coesa e cuidadosa, suas compreensões, como afirmam Mascarenhas (2018) e Zanette (2017).

Risco de viés dos estudos analisados

Com o intuito de delimitar a vulnerabilidade dos estudos incluídos, os estudos qualitativos foram analisados a partir das escalas *Quality appraisal checklist – qualitative studies* (NICE, 2012), e os estudos quantitativos, da *Quality Assessment*

Tool for Quantitative Studies (EPHPP, 1998). Dos 27 estudos qualitativos, 19 atenderam às questões relacionadas à abordagem teórica e à análise dos dados e apresentaram limitações referentes à rigorosidade e à confiabilidade. Os oito estudos restantes atenderam a questões sobre abordagem teórica, análise dos dados, rigorosidade e confiabilidade e apresentaram uma boa condução.

Já os estudos quantitativos, avaliados a partir da escala EPHPP, foram sujeitos a oito componentes: viés de seleção, *design* de estudo, confundidores, cegueira, métodos de coleta de dados, retiradas e quedas, integridade da intervenção e análise dos dados e poderiam ser classificados como forte (se não obtivesse nenhum componente considerado fraco), moderado (se só um componente fosse considerado fraco) ou fraco (se obtivesse dois ou mais componentes fracos). Os quatro artigos de estudos quantitativos foram considerados fracos. Entretanto, optou-se por incluir todos os estudos a fim de entender, de forma ampla, como a temática tem sido abordada.

Objetivos e resultados dos estudos

No que concerne à categorização dos objetivos e dos resultados, foi organizada por duas pesquisadoras, de forma independente e ajustada, na presença de uma terceira pesquisadora. A categorização dos resultados seguiu o agrupamento dos objetivos. Assim, os objetivos e os resultados dos 38 artigos empíricos foram organizados em oito categorias, descritas a seguir:

1 - Concepções e práticas docentes sobre gênero (10, 11, 18, 24, 31, 35, 55, 56) – Nessa categoria, o objetivo foi de analisar e compreender como as concepções são internalizadas pelos docentes e como se revelam na prática cotidiana. Estudar essas concepções, segundo Zapiti e Psaltis (2012), é necessário, já que elas advêm, principalmente, do campo interativo e influenciam o modo como as pessoas se percebem e percebem os outros.

Os resultados dos estudos que investigaram as concepções dos docentes, evidenciaram concepções hegemônicas acerca do feminino e do masculino, em que os espaços, os brinquedos e os comportamentos femininos e masculinos são bem diferentes e concebidos como naturais. Tais concepções contribuem para que haja

uma diferença de tratamento entre meninas e meninos e em uma reprodução de estereótipos.

2 - Artefatos culturais, brinquedos e brincadeiras (8, 12, 17, 20, 32, 36, 40, 50) – Nessa categoria, investigou-se como ocorrem as interações das crianças com seus brinquedos e outros artefatos culturais no âmbito escolar, durante as brincadeiras, e se as escolhas deixam marcas de influência dos adultos, pois, como afirma Francis (2010), os brinquedos e as brincadeiras agem com grande impacto sobre as crianças, constituem textos e determinam currículos, o que contribui para a produção de identidades sociais.

Os resultados de cinco estudos (8, 17, 32, 36, 50) apontaram que, tanto nos brinquedos quanto nas brincadeiras, há uma acentuada reprodução de estereótipos de gênero, seja pelas crianças, pelos pais ou pelos professores. No uso de brinquedos e brincadeiras considerados como de menino e de menina, constrói-se uma identidade de gênero hegemônica, em que as crianças buscam atender ao que já é esperado delas pelos adultos e pela sociedade. Assim, em algumas circunstâncias, elas escolhem os artefatos, os brinquedos e as brincadeiras de acordo com seu sexo, devido à influência dos adultos. Os meninos preferem brinquedos como carrinhos, bola, brincadeiras ao ar livre, e as meninas, bonecas, panelinhas, casinha e brincadeiras relacionadas ao âmbito doméstico e ao cuidado. Entretanto, para além das reproduções de estereótipos, três estudos (12, 20, 40) apontaram que esse campo também propicia transgressões e resistências às fronteiras de gênero por parte das crianças, que demonstram isso em suas atitudes, como meninas que jogam futebol e meninos que brincam de casinha.

3 - Desempenho e comportamento das crianças (7, 33, 41, 43, 45, 52) – Essa categoria visou investigar as diferenças entre meninas e meninos. Pesquisas como as dessa categoria podem auxiliar a entender que algumas diferenças entre meninos e meninas não são inatas e, segundo Galdi et al (2013), essa conscientização é um meio de desconstruir estereótipos.

Quatro estudos (33, 41, 45 e 52) evidenciaram que as meninas se sobressaíram mais em algumas áreas em relação aos meninos; meninas apresentaram melhor funcionamento adaptativo e desempenho acadêmico, enquanto

os meninos, maior ocorrência de problemas externalizantes (33); meninas apresentaram melhor desempenho que os meninos na realização de atividades, sem ajuda de outra pessoa, tanto no âmbito pessoal quanto social, na motricidade fina e na linguagem (41); meninas adquiriram palavras no vocabulário ligeiramente mais rápido do que os meninos (45), e as meninas apresentaram melhor desempenho em consciência fonoarticulatória (52). O estudo 43, que investigou o engajamento paterno como fator de regulação da agressividade, evidenciou que os pais se envolvem, com mais frequência, em atividades referentes ao suporte emocional, à disciplina e aos jogos físicos do que em atividades que envolvem cuidados básicos. Além disso, envolveram-se mais com os filhos do que com as filhas, principalmente no tocante à disciplinarização. Portanto, os pais investem mais em disciplina com os meninos. O estudo (7) que investigou como as questões de gênero atravessam as dimensões estruturais de uma instituição concluiu que há marcas implícitas de gênero na estruturação dos parquinhos da escola que acabam por interferir no comportamento de meninas e meninos. Assim, há uma disseminação de modos de subjetivação masculinos e femininos espelhados na distribuição dos parquinhos da instituição que foram construídos a partir de uma diferenciação na organização dos espaços e das brincadeiras. Tal estruturação acaba por influenciar o comportamento das crianças no tocante às suas escolhas, como a preferência das meninas por espaços mais aconchegantes (casinha), e dos meninos, por espaços maiores e desafiadores (escorregador grande).

Dos seis estudos, quatro (7, 41, 43, 45) explicitaram que as diferenças entre meninos e meninas estavam relacionadas a estímulos do ambiente e a relações e processos familiares, e não, às diferenças biológicas.

4 - Construção de sentidos sobre feminilidades e masculinidades (22, 28, 34, 48, 54) – Essa categoria visou compreender como são construídas as diferentes feminilidades e masculinidades, visto que as instituições educacionais, principalmente no âmbito da sala de aula, ensinam às meninas e aos meninos papéis sociais, como agir em sociedade e até mesmo quais status lhes cabem (ULLAH; KHAN, 2018).

Os resultados indicaram que a construção de diferentes feminilidades e masculinidades perpassa o campo dos sentidos e alcança as experiências e os

espaços. O estudo (22) que buscou identificar, sob a perspectiva das crianças, formas, significações e vias de transmissão de elementos culturais e sociais, revelou que há uma vigilância por parte das próprias crianças para perpetuar os padrões hegemônicos, visando proteger a masculinidade. As crianças ora resistem, ora reforçam e reproduzem os estereótipos de gênero. Já o estudo realizado em uma escola da periferia (28) constatou que a masculinidade hegemônica era construída relacionada à criminalidade, à violência, à honra, à coragem e à negação da emotividade, e a feminilidade, ao sensual e ao erótico. No espaço escolar (34), desde a educação básica, as crianças incorporam e disseminam representações estereotipadas associadas a características fenotípicas relativas às questões de gênero. A mulher deve cuidar-se para ficar bonita, ser do tipo padrão, e o homem deve ser forte, valente e viril. No campo das experiências no ambiente escolar (48), as crianças atribuem sentido por meio de suas experiências, sendo que a escola participa ativamente desse processo e pode ser promotora de desconstruções ou de preconceitos de gênero. As falas das crianças estão permeadas de marcadores de gênero, revelando construções de gênero e sexualidade normatizadas. Outro estudo (54) verificou que os docentes, por meio da regulação, influenciavam as crianças na hora de usar os espaços e os ambientes, e os meninos ocupavam espaços que extrapolavam os domínios da sala de aula, mostrando-se mais expansivos do que as meninas. Dessa forma, as crianças iam construindo noções de posicionamento de gênero como meninos-homens ocupam espaços públicos e externos e meninas-mulheres ocupam espaços privados e internos.

5 - Docência masculina (1, 3, 26, 27) – Nessa categoria, investigou-se como vem ocorrendo a iniciação de professores homens no campo da Educação Infantil, pois, conforme Carrington e McPhee (2008), há uma sub-representação de homens no ensino, particularmente, que atendem a crianças com faixas etárias mais baixas.

Três estudos (1, 3, 26) constataram uma docência marcada por dificuldades, vigilâncias, suspeitas e resistências, e outro (27) apresentou o acolhimento como a principal marca dessa vivência. Outros estudos (1, 3) referiram que, quando os homens docentes estão à frente de turmas da Educação Infantil, são designados para turmas com crianças maiores, as consideradas turmas difíceis, porque a visão é de

que os homens têm mais condições de discipliná-las. O estudo 26 também traz que a representação predominante entre os próprios educadores homens é de que as mulheres têm mais condições de atuar na área da Educação Infantil por causa da maternidade. Por outro lado, o estudo 27 apresentou um resultado contrário aos demais, ao concluir que os homens são educadores em potencial. Na cultura indígena estudada, o cargo de professor era visto como de prestígio, e a preocupação mais notável era com a formação. Nesse contexto, os homens eram mais presentes na Educação Infantil do que as mulheres, devido ao fato de as mulheres indígenas terem mais dificuldades de cursar o ensino superior.

6 – Predominância da mulher na docência (9, 47, 53) – Aqui se procuram os fatores que favorecem esse processo e as dificuldades encontradas na profissão decorrentes dele. Nesse sentido, Penafiel, Silva e Zibetti (2019) apontam que o fenômeno é uma questão cultural que carrega uma forte influência das atribuições de papéis sociais e questões de gênero.

Os resultados explicitaram que essa noção é construída no contexto histórico e social, e que essas representações recaem tanto sobre as mulheres como sobre os homens. O estudo 9 demonstrou uma forte predominância das mulheres, principalmente na Educação Infantil, e uma presença masculina quase imperceptível, devido a diversos fatores, como a associação com a maternagem, o dom natural para trabalhar com crianças e o fato de o ensino, nesse período, estar relacionado à afetividade. No estudo 47, os resultados evidenciaram que os discursos dos professores estavam marcados pelo binarismo cuidar e educar. As educadoras da instituição afirmaram que escolheram a docência na Educação Infantil porque consideravam que a experiência da maternidade facilitaria o exercício da profissão. Essas professoras entendem que os cuidados com os filhos e com a casa são uma responsabilidade da mulher. O estudo 53 também revelou algumas implicações nas condições de trabalho decorrentes desse fenômeno, como: baixo salário, falta de horário destinado ao planejamento na jornada de trabalho e carga horária exaustiva devido à dupla jornada, o que acaba por prejudicar também o ensino oferecido às crianças.

Assim, a visão que prevalece é a de que as mulheres são as mais adequadas para trabalhar na Educação Infantil, por serem consideradas educadoras natas. Essa representação é reforçada com a desvalorização do trabalho e salarial, a inferioridade imposta a essas docentes e a forte vinculação do trabalho docente com o doméstico.

7 - Corpo, expressão corporal, Educação Física (2, 4, 46) – Essa categoria visou investigar as práticas e as expressões corporais no momento da Educação Física, pois, segundo Sampaio *et al* (2017), as crianças, em sua atividade principal, produzem e reproduzem significados oriundos do contexto sociocultural no qual estão inseridas. Além disso, nos momentos de prática corporal, são usuais a disseminação e a reprodução de discriminações.

Os resultados evidenciaram que, no tocante à dimensão corporal nas aulas de Educação Física, as relações de gênero perpassam a dimensão corporal das crianças e alcançam os professores. O estudo (2) demonstrou que meninas se interessavam por atividades menos dinâmicas, como jogos de encaixar, manipulação de pequenos brinquedos e brincadeiras de roda e palma. Já os meninos se interessavam por atividades que necessitavam de mais movimentos e de mais espaço. Na hora das atividades, os meninos eram separados das meninas, porém uma separação era organizada pela professora, e a outra era eventual e organizada pelas próprias crianças. Dessa forma, a atuação docente influenciava o comportamento, as ações e a organização das crianças.

O estudo 4 mostrou tentativas de controlar as expressões corporais de meninos e meninas, e os significados de gênero eram impressos nos corpos das crianças. Assim, os meninos e as meninas desenvolviam seus comportamentos e potencialidades visando corresponder às expectativas da sociedade. Porém, havia possibilidades de transgressões, como menino que se vestia de noiva, e menina que gostava de futebol e usava tênis de dinossauro. Essas crianças eram consideradas como casos que fogem aos padrões normativos. Já o estudo 46 salientou que a dimensão corporal do docente também é marcada pelo gênero. O professor é uma referência brincante muito mais importante para as crianças do que as professoras, porque a noção é de que os homens têm mais liberdade corporal.

8 - Política pública (30) – Essa categoria pretendeu verificar se e como estão sendo discutidas as questões de gênero nessas políticas públicas, visto que, segundo Vianna e Unbehaum (2004), são poucos os estudos que investigam os impactos da discriminação de gênero nessas políticas.

O estudo 30, que verificou como as questões de gênero estão presentes nas políticas públicas, a partir das falas de três profissionais que contribuíram para elaborar políticas de Educação Infantil, no período de 1988 e 2002, constatou uma grande lacuna nas políticas educacionais caracterizada pela falta de propostas educativas na Educação Infantil referente ao tema 'gênero'. As profissionais apontaram alguns aspectos relevantes, como a importância da literatura feminista para introduzir a Educação Infantil na pauta como um direito à educação. Também foi constatado um grande desafio enfrentado pela Coordenação Geral da Educação Infantil (COEDI) para ultrapassar a polarização que permeava duas concepções sobre a função da creche: uma que priorizava o direito ao cuidado e à educação, e outra, que focava a mãe trabalhadora. Ademais, já houve uma tentativa de incluir gênero em todas as áreas disciplinares, porém especificidades curriculares dificultaram essa ampliação.

Os resultados do estudo também apresentaram que, além de a inclusão da temática gênero ser algo recente nas leis e nos parâmetros curriculares, é abordada sob uma perspectiva submissa ligada a valores e a direitos. Além disso, é uma abordagem que se limita a demandas pontuais, à formação continuada e a instrumentos didático-pedagógicos.

A partir do exposto nas categorias, verifica-se uma variedade de linhas e maneiras de se discutir sobre a questão de gênero, ao longo dos anos, no Brasil. De modo geral, os estudos apontam que é preciso trabalhar as questões de gênero na formação profissional, não só em nível de graduação, mas também de pós-graduação na área de Pedagogia, pois esse é um campo marcado por muitas transformações sociais que exigem atualizações e reflexões constantes dos debates e das relações de poder aí estabelecidas. Essa questão é fundamental para que o ambiente escolar seja um campo marcado pela diversidade, seja de gênero, étnico-racial, religiosa etc.

Considerações finais

Neste estudo, apresentou-se uma revisão sistemática sobre o tema 'gênero e Educação Infantil', com o intuito de analisar a produção acadêmica acerca do contexto brasileiro, refletir sobre o problema e auxiliar estudos futuros. Os resultados demonstraram que o tema vem sendo mais investigado, principalmente a partir de 2011. Dentre os 59 estudos, no que diz respeito aos objetivos, sobressaíram-se os que visaram identificar como as questões de gênero perpassam concepções e como as crianças se relacionam com os artefatos culturais, os brinquedos e as brincadeiras que permeiam seu cotidiano.

O tema tem sido abordado a partir de diferentes atores, como crianças, pais, professores, familiares e profissionais da área, e chama a atenção a maior participação de pais homens como sujeitos de pesquisa no contexto da Educação Infantil. Se, de um lado, a diversidade de informantes nas pesquisas é um aspecto positivo, de outro, a falta de pesquisas com grandes amostras ou de base populacional revela-se como uma limitação dos estudos, visto que esses resultados possibilitaram mais generalizações acerca do tema.

Os resultados das pesquisas indicaram que é necessário inserir os estudos sobre questões de gênero na formação docente e aprofundá-los, uma vez que muitos deles revelaram que, às vezes, os próprios profissionais da Educação reforçam estereótipos e preconceitos, por não terem conhecimento e uma formação que contemple o assunto. Assim, uma formação dinâmica, não excludente, que inclua o debate sobre gênero, que ultrapasse as paredes das universidades e possa envolver a comunidade é necessária para quebrar barreiras de intolerância tanto com as crianças quanto com educadores, incluindo aqui os professores homens, que também sofrem por serem pré-julgados como não capazes ou não confiáveis para desempenhar a função de educadores.

Com base na análise das pesquisas que abordaram as questões de gênero nas políticas públicas, pode-se afirmar que é preciso criar políticas públicas no campo da Educação que envolvam mais diretamente os educadores, uma vez que, como importantes mediadores do conhecimento, eles podem, por meio de sua prática

docente com as crianças e seus familiares, contribuir, de forma mais direta, com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária no que concerne às questões de gênero.

Por fim, esta revisão aponta para a necessidade de realizar mais pesquisas que abordem a relação entre gênero e Educação Infantil, para que se possa identificar e desenvolver estratégias para promover a autonomia das crianças, desde seus primeiros anos de vida, e os direitos que têm dentro do espaço educativo.

Referências

ALOS, Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 421-449, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200007>. Acesso em: 3 jun. 2020.

ALMEIDA, Carlos Podalirio Borges de; GOULART, Bárbara Niegia Garcia de. Como minimizar vieses em revisões sistemáticas de estudos observacionais. **Revista CEFAC**. v.19, n. 4, p. 551-555, 2017. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-021620171941117>. Acesso em: 8 jun. 2020.

ALVES, Hildineia; PASTANA, Marcela; MARQUES, Antônio Francisco. Gênero e educação infantil: entre princesas e príncipes há crianças que brincam e sonham. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 129-147, 2020.

ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de. Sobre brinquedos e infância: aspectos da experiência e da cultura do brincar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 541-551, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000200011>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ANJOS, Cleriston Izidro dos; OLIVEIRA, Djenane Martins; GOBBI, Maria Aparecida. Políticas de educação infantil e relações de gênero: implicações para a formação docente na perspectiva da diversidade e da diferença. **Cadernos CIMEAC**, v. 9, n. 1, p.34-54, 2019. <https://doi.org/10.18554/cimeac.v9i1.3860>. Acesso em 12 ago. 2020.

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 167-184, 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000200009>. Acesso em 3 jun. 2020.

BANDEIRA, Júlia Trautmann; COSTA, Camilla O. da. De menina e de menino: a influência de pais e familiares na segregação de brinquedos e brincadeiras por

gênero. **Revista Ártemis**, v. 27, p. 285-305, 2019.
<http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.41450>. 12 ago. 2020.

BANDEIRA, Louders; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas** [online]. v. 10, n. 1, pp. 119-141, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100007>. Acesso em 2 jul. 2020.

BENEDITO CÓLIS, Eduardo; LEMOS DE SOUZA, Leonardo. Infâncias, gênero e sexualidades: uma investigação-intervenção com professores de Educação Infantil. **Revista Latino-americana de Educación Inclusiva**, Santiago, v. 14, n. 1, p. 53-68, 2020. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-73782020000100053>. Acesso em: 2 jul 2020.

BOGOSSIAN, Thiago. O treinamento do olhar etnográfico: relações de gênero entre crianças. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 22-33, 2017.

BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini et al. Problemas de comportamento e funcionamento adaptativo no teacher's report form (TRF): comparações por gênero e escolaridade. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 141-155, 2016.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; ORIANI, Valéria Pall. Relações de gênero na escola: feminilidade e masculinidade na Educação Infantil. **Educação Unisinos**, v. 17, n.2, p. 145-154, 2013. <https://doi.org/10.4013/edu.2013.172.2122>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BRAGA, Jainara Pacheco de; STINGHEN, Tcharlata Françoise; PLÁCIDO, Reginaldo. L. A influência do brincar na construção de gênero na infância. **Redin: Revista Educacional Interdisciplinar**, v. 7, n. 1, 2018.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **A importância do começo**. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2016. <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/a-primeira-infancia>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394/96 (1996). Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 13.257 (2016). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 01 abr. 2021.

BUSS-SIMÃO, Márcia. Relações sociais de gênero na perspectiva de crianças pequenas na creche. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 176–197, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000100009>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BUSS-SIMÃO, Márcia. Gênero como possibilidade ou limite da ação social: um olhar sobre a perspectiva de crianças pequenas em um contexto de educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 939-960, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000400008>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BUSS-SIMÃO, Márcia. Gênero, tamanho e desempenho: elementos centrais das ações e relações sociais de crianças pequenas. **Revista Pedagógica: Revista do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE**, v.15, n. 30, p. 481-514, 2013. <https://doi.org/10.22196/rp.v15i30.1578>. Acesso em: 05 nov. 2020.

CAPDEVILA, Reina et al. La evaluación de la equidad de género en Educación Infantil: estudio paralelo en el Departamento de La Paz (Bolivia) y en la Comunidad Autónoma de Cataluña (España). **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.uam.es/riee/article/view/3387>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CARDOSO, Livia de Rezende; NASCIMENTO, Daniela Lima do. Você brinca de boneca, mas é menino: sujeitos, gêneros e sexualidades em brincadeiras infantis. **Educação**, v. 40, n. 2, p. 250-262, 2017. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.23571>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CARRINGTON, Bruce; MCPHEE, Alastair. Boys' 'underachievement' and the feminization of teaching. **Journal of Education for Teaching: International research and pedagogy**, v. 34, n. 2, p. 109-120, 2008. <http://dx.doi.org/10.1080/02607470801979558>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 143-155, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742000000200006>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CIRIBELLI, Carlos José de Moura; RASERA, Emerson Fernando. Construções de sentido sobre a diversidade sexual: outro olhar para a Educação Infantil. **Psicologia: ciência profissão**, Brasília, v. 39, e175599, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003175599>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CRUZ, Silvia Helena Vieira; SCHRAMM, Sandra Maria de Oliveira. ESCUTA DA CRIANÇA EM PESQUISA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 174, p. 16-35, 2019. <https://doi.org/10.1590/198053146035>. Acesso em: 12 nov. 2020.

DAMACENA, Carla Adriane Marcelino; SOARES, Emerson de Lima; SILVA, Fabiane Ferreira da. Corpo, gênero, sexualidade, raça e etnia nos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Pampa. **Atos de pesquisa em Educação**. Blumenau, v.

12, n.3, p.783-806, 2017. <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2017v12n3p783-806>. Acesso em: 12 nov. 2020.

EPHPP (Effective Public Health Practice Project). **Quality assessment tool for quantitative studies. Effective Public Health Practice Project**, 1998. Acesso em 15 de abril de 2021. <https://www.nccmt.ca/knowledge-repositories/search/14>.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 279-287, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100012>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FERNANDES, Odara de SÁ.; ELALI, Gleice Azambuja. Reflexões sobre o comportamento infantil em um pátio escolar: o que aprendemos observando as atividades das crianças. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 18, n. 39, p. 41-52, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2008000100005>. Acesso em: 15 out. 2020.

FERRARI, Anderson. Cultura visual e homossexualidades na constituição de "novas" infâncias e "novos" docentes. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 107-120, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000100006>. Acesso em: 15 out. 2020.

FERREIRA, Liliana Soares; CEZAR, Taise Tadielo; MACHADO, Célia Tanajura. Grupo de interlocução na pesquisa em educação: produção, análise e sistematização dos dados, **Pro-Posições**, Campinas, v. 31, e20190025, 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0025>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FINCO, Daniela. Questões de gênero na educação da pequena infância brasileira. **Studi sulla Formazine**, v.18, n.1, p.47-57, 2015. https://doi.org/10.13128/Studi_Formaz-17329. Acesso em: 12 jun. 2020.

FINCO, Daniela. Igualdad de género en las instituciones educativas de la primera infancia brasileña. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, v. 13, n. 1, p. 85-96, 2015. <https://doi.org/10.11600/1692715x.1313250214>. Acesso em: 12 nov. 2020.

FRANCIS, Becky. Gênero, brinquedos e aprendizagem. **Oxford Review of Education**, v. 36, n. 3, p. 325-344, 2010. <https://doi.org/10.1080/03054981003732278>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GARCÍA-PRIETO, Itziar; ARRIAZU-MUÑOZ, Rubén. Estereotipos de género en educación infantil: un estudio de caso desde la perspectiva sociocultural. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v.22, n. 41, p.04-30, 2020. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22n41p4>. Acesso em: 12 nov. 2020.

GOMES, Lauren Beltrão; CREPALDI, Maria aparecida; BIGRAS, Marc. O engajamento paterno como fator de regulação da agressividade em pré-escolares. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 54, p. 21-29, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-43272354201304>. Acesso em: 15 set. 2020.

GOMES, Romeu et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1997-2006, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.04872018>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira. A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar de crianças em pré-escolas. **Texto e contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 35-42, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000100004>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira. A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar de crianças em creches. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Internet, v.10, n.1, p. 145-151, 2009. <https://doi.org/10.5216/ree.v10i1.8006>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GONÇALVES, Josiane Peres et al. Relações de gênero e representações sociais relativas à atuação de homens professores com crianças. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 36-54, 2015. DOI: 10.15601/2237-0587/fd.v7n1p36-54. Acesso em: 15 set. 2020.

GONÇALVES, Josiane Peres; OLIVEIRA, Edicleia Lima de. Diversidade cultural e relações de gênero em uma escola indígena sul-mato-grossense. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e185144, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201844185144>. Acesso em: 15 set. 2020.

GUIZZO, Bianca Salazar. Gênero, corpo e embelezamento: meninas aprendendo feminilidades no Brasil. **Revista Ártemis**, v. 13, p. 110-118, 2012.

GUIZZO, Bianca Salazar; ZUBARAN, Maria Angélica; BECK, Dinah Quesada. Raça e gênero na educação básica: pesquisando 'com' crianças. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 39, Special Supplement, p. 523-53, 2017. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v39i0.29311>. Acesso em: 11 ago. 2020.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZEBIOS FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos sobre educação**, Ibirité, v. 4, n. 2, p. 39-48, 2005.

HILL, Thomas M.; JACOBES, Katrina Bartow. “The Mouse Looks Like a Boy”: young Children’s Talk About Gender Across Human and Nonhuman Characters in Picture Books. **Early Childhood Education Journal**. <https://doi.org/10.1007/s10643-019-00969-x>. Acesso em: 11 ago. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020** [online]. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 15 abr. 2021.

JAEGER, Angelita Alice; JACQUES, Karine. Masculinidades e docência na educação infantil. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 545–570, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p545>. 10 fev. 2021.

JUNGES, Rafaela; SCHWERTNER, Suzana Feldens. Meninos que brincam com bonecas viram meninas? Diferenças de gênero nas brincadeiras de crianças de 4 a 5 anos. **Perspectiva**, v. 35, n. 1, p. 262-282, 2017. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n1p262>. 10 fev. 2021.

LASTRA, Marta García. A perspectiva de gênero na formação inicial de professores de educação infantil: notas sobre uma pesquisa realizada entre os alunos do ensino superior na Universidade da Cantábria (Espanha). **Exaequo**, Lisboa, n. 36, p. 43-57, 2017. <http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.03>. Acesso em: 11 jan. 2021.

LEAL, Nathalia Costa; ZOCCAL, Sirlei Ivo Leito; SABA, Marly; BARROS, Claudia Renata dos Santos. A questão de gênero no contexto escolar. **Leopoldianum**, Santos, v. 43, n. 121, p. 95-104, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes (org.) et al. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Campinas, v. 19, n. 2, pág. 17-23, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>. Acesso em: 3 jun. 2020. .

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas I - São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

MARIANO, Marina; ALTMANN, Helena. Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas?. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 411-438, 2016. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460411>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História, historiografia e pesquisa em educação histórica. **Educar em revista**, Curitiba, v. 35, n. 74, p. 17-33, 2019. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.63035>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MARTINS, João Rodrigo Vedovato. Gênero, infância e periferia. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 2, n. 1, 2016.

<http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v2i1.16538>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. 2ª ed, Editora Pearson, p. 146, 2018. ISBN: 9788543025711.

MEIRA, Júlio César. Estudos de gênero e historicidade: sobre a construção cultural das diferenças. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 27, n. 2, p. 202-220, 2014.

MOHER, David et al. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: the PRISMA Statement. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, e1000097, 2009. <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum; JOROSKY, Narda Helena; QUADROS, Marta Campos de. Corpo, gênero e beleza: o que a educação infantil tem a ver com isso?. **Colloquium Humanarum**, v.11, n. 3, p. 62-70, 2014.

<http://dx.doi.org/10.5747/ch.2014.v11.n3.h172>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. I, v. 44, n. 153, p. 720-741, 2014. <https://doi.org/10.1590/198053142824>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MOURA, Jónata Ferreira de. A feminização da docência na educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Imperatriz: uma discussão panorâmica. **InterEspaço**, v. 2, n. 5, p. 490-513, 2016. <http://dx.doi.org/10.18766/2446-6549/interespaco.v2n5p490-513>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MUSIAL, Denis Cezar; MELO, Tainá Ribas; SIGNORELLI, Marcos Cláudio. Refletindo sobre questões de gênero e diversidade em um Centro Municipal de Educação Infantil de Irati/PR. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v.1, n. 1, 2015. <https://doi.org/10.9771/cgd.v1i1.13706>. Acesso em: 11 fev. 2021.

NICE (National Institute for Health and Care Excellence). **Appendix H Quality**

appraisal checklist – qualitative studies, 2012. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/process/pmg4/chapter/appendix-h-quality-appraisal-checklist-qualitative-studies>. Acesso em 15 abr. 2021.

NÓRO, Letícia Arruda; MOTA, Helena Bolli. Relação entre tempo médio de expressão e vocabulário em crianças com desenvolvimento típico de linguagem. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 21, n. 6, e4419, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-0216/20192164419>. Acesso em: 2 mar. 2021.

NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira Fantini; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 44-57, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000300006>. Acesso em: 02 mar. 2021.

OLIVEIRA, Rosmari Pereira de; VIVIANI, Luciana Maria. Entre a fralda e a lousa: a questão das identidades docentes em berçários. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 32, n. 1, p. 73-90, 2019. <https://doi.org/10.21814/rpe.14947>. Acesso em: 2 mar. 2021.

PARDHAN, Almina. Influence of teacher-student interactions on kindergarten children's developing gender identity within the Pakistani urban classroom culture. **Early Child Development and Care**, v. 181, n. 7, p. 929-948, 2011. <http://dx.doi.org/10.1080/03004430.2010.504371>. Acesso em: 11 ago. 2020.

PENAFIEL, Kelly Jessie Queiroz; SILVA, Claudiane Alencar da; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. Reflexões de professoras de Educação Infantil sobre a condição feminina na docência. **Momento: diálogos em educação**, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 3, p. 65-86, 2019. <https://doi.org/10.14295/momento.v28i3.8814>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PICCOLO, Gustavo Martins. Educação infantil: análise da manifestação social do preconceito na atividade principal de jogos. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 114, p. 205-221, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000100013>. Acesso em: 2 mar. 2021.

PIRES, Michele Ignacio. A educação sexual na primeira infância: elementos para uma abordagem pós-estruturalista. **Periferia**, v. 5, n. 2, pp.64-75, 2013.

PRÁ, Jussara Reis; CEGATTI, Amanda Carolina. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, 2016. <https://doi.org/10.22420/rde.v10i18.660>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PRADO, Patrícia Dias; ANSELMO, Viviane Soares. Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona: reflexões sobre gênero e docência na Educação Infantil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 30, e20170137. 2019. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0137>. Acesso em: 02 mar. 2021.

REAY, Diane. Intersections of Gender, Race and Class in the Primary School. **British Journal of Sociology of Education**, v. 12, n. 2, 163-182, 1991. <https://doi.org/10.1080/0142569910120203>. Acesso em: 15 set. 2020.

RIBEIRO, Cláudia Maria. Crianças, gênero e sexualidade: realidade e fantasia possibilitando problematizações. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.

19, n. 2, p. 605-614, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200020>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 7–40, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000200001>. Acesso em: 12 jul. 2020.

RONNLUND, Maria. Schoolyard stories: Processes of gender identity in a “children’s place’. **Childhood**, v. 22, n. 1, p. 85–100, 2013. <https://doi.org/10.1177/0907568213512693>. Acesso em: 11 set. 2020.

ROVERI, Fernanda Theodoro. Gênero e diversidades na infância: desafios para a formação docente face ao retrocesso curricular. **Laplage em Revista**, v. 4, n. 1, p.115-121, 2018.

RUIS, Fernanda Ferrari; PEREZ, Márcia Cristina Argenti. Ouvindo meninos: relações de gênero na Educação Infantil. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v.19, n.2, p.283-294, 2017. <https://doi.org/10.30715/rbpe.v19.n2.2017.10922>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SALGADO, Raquel Gonçalves. Da menina meiga à heroína superpoderosa: infância, gênero e poder nas cenas da ficção e da vida. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 32, n. 86, p. 117-136, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622012000100008>. Acesso em: 11 set. 2020.

SAMPAIO, Juarez Oliveira et al. A prática corporal como expressão da imaginação da criança na brincadeira: uma perspectiva da Psicologia histórico-cultural. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 4, p. 1447-1458, 2017. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.72972>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SANTIAGO, Flávio. “NÃO É NENÊ, ELA É PRETA”: EDUCAÇÃO INFANTIL E PENSAMENTO INTERSECCIONAL. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e220090, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-4698220090>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SANTOS, Luciane Tavares dos; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. Discutindo gênero na educação infantil - reflexões sobre práticas pedagógicas e formação de professores. **Revista Cocar**, n. 2: Edição Especial N2 Ago./Dez, 2016.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos. Estrutura e agência nas interseções de gênero e infância: implicações para a Educação Infantil. **Currículo sem Fronteiras**, v.18, p.380-399, 2018.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos. Interfaces de gênero, infância e Educação Infantil na Pós-Graduação em Educação brasileira (1996 a 2015). **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 01-22, 2020. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e61812>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales; SILVA, Isabel de Oliveira e. Relações de gênero na Educação Infantil: estrutura e agência no processo de construção de sentidos sobre ser menino e ser menina. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 36, e69973, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.69973>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SARMENTO-HENRIQUE, Renata. et al. La evaluación multi-informante de la regulación emocional en edad preescolar: un estudio longitudinal. **Psicología Educativa**, v. 23, n. 1, p. 1–7, 2017. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pse.2017.01.001>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Portal de Periódicos UFPE**, 1989. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109975/21914>. Acesso em: 01 set. 2020.

SILVA, Denise Regina Quaresma da; SARMENTO, Dirléia Fanfa; FOSSATTI, Paulo. Género y Sexualidad: ¿Qué Dicen las Profesoras de Educación Infantil de Canoas, Brasil?. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, n.16, p. 1-21, 2012. <https://doi.org/10.14507/epaa.v20n16.2012>. Acesso em: 1 mar. 2021.

SILVA, Denise Regina Quaresma da; BERTUOL, Bruna. Estás sempre chorando, tu é de açúcar? Pedagogias de gênero na educação infantil. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 68, p.137-150, 2015. <https://doi.org/10.35362/rie680208>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da. Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 34, p. 17–39, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000100003>. Acesso em: 1 mar. 2021.

SILVA, Mariane Lopes da et al. Relação entre gênero e desempenho neuropsicomotor de crianças em Belém, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 8, p. 2721–2730, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018238.13202016>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SILVA, Susana Veleza da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, v. 5, n. 262, 2000.

SILVA, Peterson Rigato da; SILVA, Tássio José da; FINCO, Daniela. Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil: contribuições para um estado da arte*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 58, e205815, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202000580015>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SILVA, Tarcia Regina. Educação em e para os direitos humanos: a escola e o direito à afirmação da diferença. **Política e Gestão Educacional**, p. 1076-1097, 2017. <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10176>. Acesso em: 1 fev. 2021.

TAIT, Gordon. 'No Touch' Policies and the Management of Risk. In Jones, Alison (Ed.) Touchy Subject: Teachers Touching Children. **University of Otago Press**, Dunedin, New Zealand, pp. 39-49, 2001.

TÁRRAGA-MÍNGUEZ, Raúl; SANZ-CERVERA, Pilar. LA EVALUACIÓN MULTI-INFORMANTE EN EL TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: UN ESTUDIO DE REVISIÓN. **Papeles del Psicólogo / Psychologist Papers**, v. 41, n. 3, p. 228-235, 2020. <https://doi.org/10.23923/pap.psicol2020.2933>. Acesso em: 2 mar. 2021.

TERRA, Juliana; PRADO, Guilherme do Val Toledo. Pipocas pedagógicas na educação infantil: as conversas entre as crianças dizem muito aos educadores. **Roteiro**, v. 41, n. 1, p.241-258, 2016. <https://doi.org/10.18593/r.v41i1.9402>. Acesso em: 2 mar. 2021.

ULLAH, Hazir; KHAN, Ahsun Nisar. The Gendered Classroom: Masculinity and Femininity in Pakistani Universities. **Literacy Information and Computer Education Journal (LICEJ)**, v. 9, n. 1, 2018.

UMBERSON, Debra; KARAS MONTEZ, Jennifer. Social Relationships and Health: a Flashpoint for Health Policy. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 51 (1_suppl), S54 – S66, 2010. <https://doi.org/10.1177/0022146510383501>. Acesso em: 11 nov. 2020.

VASCONCELOS, Dalila Castelliano de; SANTANA, Inayara Oliveira de; BORGES, Lucivanda Cavalcante. O trabalho da educadora na creche: uma revisão sistemática. **Psicologia da Educação**, São Paulo, 40, 1º sem. de 2015, pp. 77-85, 2015. <https://doi.org/10.5935/2175-3520.20150006>. Acesso em: 11 nov. 2020.

VENZKE, Lourdes Helena Dummer; FELIPE, Jane. Professoras e crianças pequenas no contexto da Educação Infantil pelotense em meados do Século XX. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 205-227, 2015. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.38714>. Acesso em: 12 nov. 2020.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, n. 17–18, p. 81–103, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100003>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VIANNA, Cláudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, n. 33, p. 265-283, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332009000200010>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000100005>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sanda. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 407-428, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000200005>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VIDOR-SOUZA, Débora; MOTA, Helena Bolli; SANTOS, Rosângela Marostega. O desenvolvimento da consciência fonoarticulatória e a relação entre a percepção e a produção do gesto fonoarticulatório. **Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 252-257, 2011. <https://doi.org/10.1590/S2179-64912011000300011>. Acesso em: 2 mar. 2021.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 149-166, 2017. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47454>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ZAPITI, Anna; PSALTIS, Charis. Asymmetries in peer interaction: the effect of social representations of gender and knowledge asymmetry on children's cognitive development. **European Journal of Social Psychology**, v. 42, n. 5, p. 578-588, 2012. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1885>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educar em Revista**, Curitiba, n. spe2, p. 259-276, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000500016>. Acesso em: 11 nov. 2021.

Financiamento: os autores declaram que não houve financiamento.

Conflito de interesse: os autores declaram não haver conflito de interesses.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)